

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Haline Fernanada Silva Melo

RESUMO:

Este trabalho procura discutir o ensino de história, o lugar entre história, patrimônio e memória, remetendo a questão do direito à memória como direito de cidadania na perspectiva cultural, preservação do patrimônio cultural. Para essa pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental para a identificação das discussões teóricas práticas em torno do Ensino de História, Patrimônio e Memória. Este estudo objetivou deste modo, incorporar de forma qualitativa o estudo do município ao currículo escolar. Para tanto, este trabalho articula-se considerando as seguintes categorias: ensino de história - Oriá (1997); história oral - Meihy (1996); memória coletiva - Halbwachs (2006) e memórias subterrâneas - Pollak (1989).

Palavras-chave: Ensino de História. Patrimônio. Memória.

1 - Município localizado a 110 km da capital e que no Período da Belle Époque localizava-se na metade do percurso da antiga estrada de ferro Belém-Bragança, servindo como local de escoamento de comercial da região bragantina. Já no período da Segunda Guerra Mundial serviu de palco de uma das três bases nacionais de dirigíveis (popularmente conhecido como Zeppelin), sendo a de Igarapé-Açu a única base da região norte.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a intenção de refletir sobre o ensino da história local no currículo escolar a partir do patrimônio local, isto é, das fontes documentais e orais, imagens e prédios, a fim de se ampliar a memória histórica, cultural do município dentro do currículo escolar.

O que inicialmente instigou a opção temática deste estudo é a forma como vem sendo trabalhada a história no âmbito escolar, neste caso a história de um dos municípios que teve bastante representatividade no período da Belle Époque e Segunda Guerra Mundial, Igarapé-Açu¹. A proposta curricular de história e geografia, pautada, sobretudo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os anos iniciais do Ensino Fundamental, utilizados nas escolas públicas do município de Igarapé-açu, destinam ao estudo da história local apenas uma discussão superficial e desconectada da realidade histórica e geográfica do município que pouco contribui para ampliar o interesse dos educandos sobre sua história, isto é, sobre os eventos históricos, sobre os patrimônios histórico-culturais e a memória local. Essa tendência de ensino e aprendizagem do conhecimento histórico pouco concorre para o desenvolvimento de uma identidade local que contribua na formação de cidadãos conscientes e críticos de suas raízes histórico-culturais.

E, com a finalidade de perfazer estes caminhos já há algum tempo sinalizados que proponho neste texto algumas breves considerações acerca do trabalho com história e geografia sob outras matizes, considerando categorias como história oral (MEIHY, 1996), memória coletiva (HALBWACHS, 2006) e memórias subterrâneas (POLLAK, 1989).

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E ENSINO

Segundo Munhoz a maioria de nossos estudantes não compreende a história que estuda e nem suas finalidades, o que para Roldão (1998) esse fato de não gostar de História, tem sido o causador do fracasso nessa área.

Diante desse contexto, alguns autores como Fenelon (1954) colocaram que é necessário motivar a todo custo o aluno a ação. Partimos do princípio de que só se aprende o que se gosta, ou seja, é necessário primeiramente que o aluno queira aprender, e para que o aluno queira aprender, é necessário que o professor saiba motivá-lo, para isso apresentaremos mais adiante sugestões de metodologias de ensino que prima pela história local, que vá além da enumeração de datas, fatos, lugares, nomes, heróis e vilões.

Sabemos que apenas os documentos oficiais não são suficientes para elucidar o passado. Diante dessa questão, acreditamos que o historiador (e professor pesquisador também) deve lançar mão duma gama de materiais utilizados na investigação, como literatura, relatos orais e imagens.

Para Bittencourt (1991) A História nas escolas não deve se prestar apenas ao papel de narrar a história, mas de (re)elaborar os saberes históricos, juntamente com os alunos. O professor de História ainda tem o papel de transmitir uma “memória nacional”. Cabe aqui um questionamento. O que é memória?

Para Kenski (1997) “memória” passa para as pessoas a ideia de algo vivido ou experienciado no passado e que no presente retorna como lembranças, lembranças essas que permanecem inalteradas na mente das pessoas e que são acionadas quando necessárias

para elucidar questões do passado. A autora ainda ressalta que o relato dessas experiências “é recurso importante para a elaboração da narrativa histórica e para a determinação de valores culturais a serem transmitidos às novas gerações” (p. 138).

Nessa perspectiva, qual o papel da memória no currículo do ensino de História?

Trabalhar com memória nas séries iniciais do ensino fundamental é um grande desafio, pois requer um trabalho de investigação. Para tanto, é necessário lançar mão de recursos como a entrevista, que tem como objetivo fazer com que o aluno perceba que as pessoas são importantes fontes de informação de uma comunidade, permitindo dessa forma a fruição da memória local e fazendo com que o aluno perceba sua relação com o grupo social no qual está inserido.

Ao ouvirmos falar de Patrimônio Histórico Igarapeaquense as pessoas associam a esta expressão os monumentos, os prédios antigos, as igrejas de nosso município.

Esta concepção do senso comum que relaciona o patrimônio histórico a prédios, monumentos de caráter arquitetônico está ligada a primeira legislação patrimonial do país, o Decreto nº 25/37. Por consequência desta Lei de caráter elitista que procurava retratar um passado homogêneo sem conflitos sociais, muitos patrimônios deixaram de existir como os quilombos, as senzalas, os cortiços e outros por não se incluírem “ao conjunto de bens moveis e imóveis vinculados a fatos memórias ou de valor arquitetônico, etnográfico, bibliográfico ou artístico” (ORÍÁ, 1997, p. 131).

Desta forma, considerar apenas como patrimônio igarapeaquense os monumentos, estaríamos desconsiderando toda uma produção social. Assim, substituiremos a expressão “Patrimônios Históricos” por “Patrimônio Cultural”, tal substituição do mesmo abrangerá todos os valores antes discriminados por não se enquadrarem a terminologia antiga “Patrimônio Histórico”.

O Patrimônio Cultural é composto de unidades chamadas “Bens Culturais” que podemos definir como sendo toda produção

humana, de ordem emocional, intelectual e material sem discriminação com sua origem, época ou aspecto formal.

Hugues de Varine-Boham (apud ORÍÁ, 1997), foi quem primeiro se preocupou com a discussão acerca da temática, a qual o professor francês descreveu em três grandes categorias:

A primeira engloba os elementos pertencentes à natureza. Nesta categoria, fazem parte os rios, os peixes deste rio, os arredores do rio, ou seja, são os recursos naturais, o habitat natural.

A segunda categoria compreende toda capacidade do homem de sobrevivência em seu meio ambiente, ou seja, as técnicas do saber e ao como fazer saber.

O terceiro grupo engloba tudo, todas as coisas obtidas a partir do próprio ambiente até ao do saber-fazer humano.

Partindo do debate acerca dos avanços alcançados dispostos pela nova nomenclatura “Patrimônio Cultural”, vale ressaltar a importância da participação da sociedade civil (entidades, associações de classe) e do avanço dos Estudos das Ciências Sociais que provocaram junto ao poder público uma nova postura, a qual se reflete na atual constituição (artigo 216, seção II – DA CULTURA) que adota a terminologia “Patrimônio Cultural” como sendo:

[...] Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em grupo de portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (ORÍÁ, 1997, p. 134).

O Patrimônio Cultural engloba todas as esferas tanto ecológica, a artística quanto a científica. Sendo importante destacar que uma dada sociedade possui um patrimônio cultural é constituído por três dimensões distintas, mas indissolúveis, as dimensões são: a dimensão natural ou ecológica, a histórica-artística e a dimensão documental.

Logo, tudo faz parte do Patrimônio Cultural de uma sociedade, desde o ambiente

até o modo de se fazer algo é de fundamental importância, portanto, devem ser preservados.

De acordo com Roldão (1998) o desafio dos professores é criar nos alunos o gosto pela história e ser capaz de fazer o adequamento nos diferentes estágios do seu desenvolvimento, estimulando-os a capacidade investigativa e orientando-os para o enriquecimento de conhecimentos de uma determinada época, acontecimentos, etc., para que aprenda com entusiasmo fatos ocorridos no passado, adquirindo referenciais para estruturação gradual de sua identidade pessoal.

Neste contexto, cabe à escola oferecer os recursos necessários para que os alunos se sintam sujeitos da história, portanto:

[...] A História não é um amontoado de datas, nomes e fatos, passados, para serem decorados, mas sim, que ela é viva, capaz de possibilitar a compreensão da realidade mundial, e o lugar do Brasil dentro dela, desenvolvendo hábitos e atitudes que consideramos mais condizentes com a sociedade democrática que queremos, tais como o pensamento crítico, o assumir consciente da condição do “eu” dentro de “nós” (FENELON, 1954, p. 43).

Pretende-se suscitar que na educação se aprende história vivendo história, que educar é para a vida, para a realidade e que para isso é necessário despertar no aluno o espírito crítico e a força de mudança, transformando-o em sujeito da história, o que vai além de uma história feita entre quatro paredes e do uso do quadro e do giz, isto é, uma história viva.

O estudo do meio vai além de uma atividade livresca, deve-se proporcionar ao aluno experiências, vivências o que permita ao mesmo, capacidades de observação, análise e aquisição de conhecimentos histórico-geográficos.

A importância de se resgatar a história através de depoimentos é uma característica da história oral. Através dela, é possível transformar a palavra dita em documento,

pois, a história oral trata-se de um recurso contemporâneo de elaboração de documentos, arquivamento e estudos de depoimentos acerca de uma temática social e que como qualquer construção histórica está sempre sujeita a novas reconstruções.

E para que haja uma história oral existem três elementos básicos: o entrevistado, o entrevistador e a aparelhagem de gravação. Tais procedimentos corresponderam a três momentos: o da gravação; o da confecção do documento escrito e da análise.

A história oral possui também três modalidades: história oral de vida; história oral temática e tradição oral. Ambas podem ser utilizadas na construção de uma identidade Igarapéense, pois, ao tratarmos de história oral utilizaremos depoimentos de pessoas antes anônimas, comuns, narrativas antes silenciadas por não se achar parte integrante de uma “grande história”.

“A História oral está no ar” e isso faz com que seja inevitável a consideração dos novos usos da palavra como documento de análise[...] Muitos trabalhos de história oral cuidam de registrar a trajetória de pessoas idosas e por meio delas recompor aspectos da vida individual [...] Depoimentos colhidos no presente são usados como contribuição para preencher vazios documentais, lacunas de informações e complementar fontes documentais (MEIHY, 1996, p. 11-13).

A palavra retida, passando por cuidados depois de uma posterior gravação assumirá papel representativo pronto para ser utilizado como objeto de estudo, de análise social. Desta forma, a palavra deixará de ser silenciada incorporando-se a um novo saber histórico, dialogando com a retrograda concepção de história feita através de personagens e datas históricas, características essa de uma história tradicional elitista.

Outro ponto relevante para montar este grande quebra-cabeça será a apreensão das memórias de pessoas, via relatos orais, que viveram determinadas situações significativas para o estudo da sociedade igarapéense. Através da linguagem, a

memória é socializada e unificada aproximando os sujeitos e limitando suas lembranças sobre os acontecimentos vividos no mesmo espaço histórico e cultural (KENSKI, 1997).

Ela, a memória, pode ser entendida pensando na metodologia pollakiana, onde é oportuno falar em construção da memória através da perspectiva construtivista, segundo a qual:

“não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotado de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.” (POLLAK, 1989, p. 4).

A opção por essa perspectiva de análise implica tacitamente empregar um conjunto de decisões metodológicas (POLLAK, 1989, p. 4-5) alicerçado:

- a) no recurso à história oral, como instrumento para dar voz às memórias individuais;
- b) no estabelecimento de empatia com os grupos dominados, periféricos ou minoritários, de forma a aflorar as memórias subterrâneas ou marginalizadas;
- c) na escolha do objeto de estudo memorialístico de preferência quando existe conflito e competição entre memórias concorrentes, ou seja, situação de memória em disputa.

No entanto, compreender o surgimento das memórias subterrâneas requer estudar os componentes de constituição da memória compartilhada, cujas funções são manter a coesão e coerência interna e delimitar e proteger as fronteiras daquilo que foi afetiva e consistentemente construído e dividido pela experiência de um grupo social. As formas de configuração dessa memória compartilhada podem ser entendidas através dos componentes que alimentam o trabalho de enquadramento descrito por Pollak.

Neste sentido, ao se trabalhar com memória outra questão central encontra-se na

obra de Maurice Halbwachs, onde é delineado que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo, pois:

“Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 2006, p.41).

As lembranças suscitadas em espaços-tempo determinados auxiliarão a composição de uma memória coletiva a partir de experiências individuais. A apropriação dessas lembranças individuais podem ser adquiridas de varias formas: coletivamente, por intermédio de informações tecnológicas (rádio, televisão, Internet) ou através da cristalização da memória (estatuas, livros gerais, museus, arquivos de escola) que tem como objetivo divulgar e preservar um passado importante para determinadas sociedades.

A memória compete revisões, reconstruções constantes, pois, ao contrario de uma “memória de computador” que transmite com exatidão as informações, quantos vezes forem necessárias, a máquina humana é mais complexa e se permite acrescentar novas informações a cada vez que recordamos um fato.

Logo, a história oral, memórias subterrâneas e coletivas podem auxiliar de forma significativa dentro do contexto escolar, possibilitando uma reconstrução histórico-cultural igarapéense por tratar-se de artificios que popularizam o saber histórico, aproximando e possibilitando reflexões em torno deste processo, identificando quem participa da história e é parte integrante da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Envolver-se na historia local do município de Igarapé-Açu é um exercício dinâmico e um desafio, pois requer avanços e recuos na história, visto que a historia não é um

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas*. In: PINSKY, Jaime (org). *O Ensino de História e a Criação do fato*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- FENELON, Lea Ribeiro et al. *A prática do Ensino de História*. 4ª ed. São Paulo: Papirus, 1954. p. 11-43; 62-71.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- KENSKI, Vani Moreira. *Sobre o conceito de memória*. In: FAZENDA, Ivani (org.). *A Pesquisa em Educação e as transformações do Conhecimento*. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1997.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 11-27; p. 53-5.
- MUNHOZ, Sidnei José. *Para que serve a História ensinada nas escolas?* In: SILVA, Marcos A. (org). *Repensando a História*. 6ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- ORIÁ, Ricardo. *Memória e ensino de História*. In: BITTENCOURT, Circe (org) &
- POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROLDÃO, Maria do Céu. *Gostar de História: um desafio pedagógico*. 5ª ed. Lisboa, 1998. p. 29-48.

processo evolutivo, algo que apresente um progresso crescente, linear.

Por tudo isto, buscou-se delinear história que vá além da tradicional que está nos livros didáticos, e que homogeneiza e uniformiza a história dos municípios, que não leva muitas vezes em conta a diversidade histórica de cada região.

Buscou-se enfatizar através deste breve estudo que é necessário fugir da ideia clássica de que o patrimônio deve ir à escola, servindo apenas de ilustração (através da utilização de recursos audiovisuais) ou de motivação para o estudo de conteúdos substancialmente diversos. Pelo contrário, a escola é que deve ir ao encontro dos patrimônios, os recursos audiovisuais devem sim ser utilizados, mas como instrumentos de registro das visitas e dos estudos realizados.

Portanto, a investigação é o único caminho a percorrer por professores e alunos, e a partir desse contato direto com a história é que se percebe o processo ativo de construção de conhecimento.